

PARECER JURIDICO ao PROJETO DE LEI Nº 257/2009

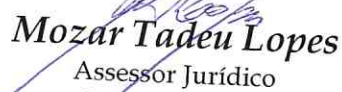
SÚMULA - Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 148.862,93 (cento e quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e dois reais e noventa e três centavos) e dá outras providências.

A análise jurídica do Projeto de Lei nº 257/2009, pela qual o Poder Executivo requer a devida autorização do Poder Legislativo, para a abertura de crédito adicional especial, será utilizado o cancelamento de dotações orçamentárias especificadas no projeto, e aplicados na Secretaria Municipal da Saúde, especificamente para pagamentos da folha funcional do presente mês de dezembro de 2009.

Do ponto de vista jurídico não existe impedimento legal para a aprovação do Projeto de Lei nº 257/2009, respeitados os prazos regimentais de tramitação.

É o parecer.

Castro, 21 de dezembro de 2.009.


Mozar Tadeu Lopes
Assessor Jurídico
OAB/PR 12.135